

A metafísica freudiana: um estudo para a demarcação metodológica da *filosofia freudiana* a partir de Kant

[Freudian metaphysics: a study for a methodological demarcation of *Freudian philosophy* on the basis of Kant]

Eberth Eleutério dos Santos*

Universidade Federal de Campina Grande (Campina Grande, PB, Brasil)

Introdução

Em primeiro lugar, o título desse artigo pode ser motivo de algum desconforto tanto para psicólogos como para filósofos, simultaneamente sensíveis a considerar que Freud jamais tenha flertado seriamente com a filosofia e que, por esse motivo, suas incursões intelectuais nessa área, tornadas manifestas em diversos momentos do desenvolvimento do conjunto de seu pensamento¹, não devam ser gravemente inseridas em qualquer estudo que seriamente considere a sua psicologia, pois, do contrário, qualquer um que assim procedesse poderia incorrer no erro de entender que os repentes filosóficos freudianos constituiriam um tipo de *corpus* teórico inseparável de suas descobertas acerca do psiquismo. Estes espíritos, assim sensíveis, diriam então que antes de tudo é necessário *separar o joio do trigo* (cf. Monzani, 1989, p. 147-150.), tomando o devido cuidado em descolar a ciência psicanalítica daquelas proposições de ordem mais genérica, abrangentes e especulativas que constituiriam o núcleo subjetivo da psicanálise e que, segundo alguns, deveria ser mais corretamente denominado de freudismo (cf. Assoun, 1991, p. 7-8), em oposição à *ciência psicanalítica* propriamente dita. Assumem, então, que as fronteiras entre a filosofia e a psicologia freudiana já estão bastante bem definidas e, para tanto, buscam uma cumplicidade um tanto apressada em algumas afirmações do próprio Freud, uma vez que este foi, em muitos

* Email: ebertsam@yahoo.com.br

¹ Cf. Freud, *Um estudo autobiográfico* (ESB, Vol. 20, 2006, p. 62). Bastante ilustrativas da inclinação de Freud à filosofia são suas cartas dirigidas a Fliess em 1º de janeiro de 1895 e 1º de fevereiro de 1900. Mas há inúmeras outras passagens nas obras de Freud em que ele alerta sobre o distanciamento entre a psicanálise e a filosofia, por exemplo: *O interesse científico da psicanálise* (ESB, Vol. XVIII, 2006, p. 181-182); *As resistências à psicanálise* (ESB, Vol. XIX, 2006, p. 243); etc.

momentos, bastante taxativo quanto ao caráter científico de sua psicologia. Nesse sentido, esta psicologia deveria, assim como seus adeptos, evitar o erro de perseguir qualquer forma de subjetivismo filosófico, no mais das vezes manifesto pela presença marcante de uma personalidade individual e de um pensamento singular historicamente marcado, assim como foi a de Freud. Contudo, temos ainda hoje a psicanálise como exemplo paradigmático da presença marcante da personalidade de seu criador. De fato, a psicanálise e Freud são tomados quase como termos sinônimos em algumas situações acadêmicas e cotidianas, tornando muito difícil a separação desse núcleo subjetivo, o freudismo, se assim quisermos denominar as trilhas especulativas mais fundamentais e genéricas adotadas por Freud, daquilo que é denominado, com a ingenuidade típica do excesso de rigor e idealismo, de uma *ciência psicanalítica propriamente dita*, enquanto ciência positiva. E foi Freud o maior defensor do recurso às hipóteses e às generalizações como forma investigativa válida para alcançar resultados positivos na sua clínica, constituindo isto quase que a marca autoral de sua psicologia, a saber, uma tendência a tornar um tanto nebuloso os limites entre a clínica e a especulação. É pela leitura de seus textos que averiguamos uma defesa apaixonada de hipóteses que se colocam para muito além da *pura psicologia*, como se aí pudesse ser perseguido um caminho válido para a investigação, como se o verdadeiro cientista tivesse o dever moral de averiguar, mesmo sob grande risco, se conduzem a algum lugar onde a luz dos conceitos possa brilhar radiante sobre o concreto para torná-lo, assim, positivamente observável.

É possível que exista, de maneira geral, certa disposição a enxergar a fronteira entre a filosofia e a psicologia como algo estabelecido. E talvez essa disposição advenha de uma essencial *indecidibilidade* acerca do que seja o método propriamente filosófico, como se cada filosofia nascesse em meio a uma espécie de *pecado original*, em vista do qual a pretensão à universalidade dos sistemas filosóficos só seria concebível à luz de razões próprias a cada sistema em si mesmo. Cada sistema filosófico seria, assim, a sua própria medida do ponto de vista da unicidade de seu método subjacente, a cada vez apresentando uma estrutura absolutamente única (cf. Goldschmidt, 1963, p. 139-147). De maneira um tanto irônica caberia então à História da filosofia a tarefa de fazer ecoar, através dos séculos, o lema atribuído por Platão a Protágoras (cf. Platão, *Teeteto*, 152a; 2010, p. 205). Esta incomensurabilidade das filosofias seria justamente aquilo que lhe conferiria sua legitimidade filosófica e, simultaneamente, demarcaria sua fronteira diante de outras formas de conhecimento, particularmente aquelas com pretensão científica, sendo este o caso da psicologia freudiana.

Por sua vez, no que diz respeito à psicologia freudiana, vez ou outra esta se vê resumida àquilo que no mais das vezes é apresentado como pertencente ao domínio de sua psicologia clínica (procedimentos, técnicas, fórmulas, resultados, observações) (cf. Monzani, 1989, p. 77). Como se a técnica reinasse soberana sobre as formas teórico-especulativas, de tal modo que nos vemos levados a ver aí algo bem distinto daquela doutrina metodológica que encerra os sistemas filosóficos no interior de suas próprias fronteiras. Diante dessa forma resumida, obliteramos ou, retiramos nossa atenção da crítica filosófica que se encarregaria justamente de apontar para aquilo que constitui seu núcleo especulativo.

Para transgredir esse convencionalismo tácito acerca da distinção apressada entre a filosofia e a psicologia freudiana, seria necessário, a nosso ver, encarar essa teoria de maneira ampla, o que necessariamente deverá conduzir nosso olhar, também e prioritariamente, para o seu núcleo especulativo, para só então poder extrair dele alguns princípios cujo estatuto coincidiria com o que consideraremos sua ontologia própria. O que estamos afirmando é que a psicologia freudiana, e particularmente a psicanálise, só poderá ser profundamente entendida a partir desse núcleo especulativo, sem que isso redunde na negação de certo tipo de autonomia da prática psicanalítica em relação a esse núcleo teórico. Sendo assim, é necessário apontar para a filosofia que subjaz a psicologia freudiana, desde que tenhamos clara a estratégia que nos diga onde procurar o seu signo característico. Para nós, essa estratégia consiste em tentar justificar que a ontologia da psicologia freudiana é aquilo que Freud designou como sua metapsicologia. Por sua vez, esta apresentaria uma forma investigativa (discursiva) símile àquela presente na construção dos conceitos em filosofia.

Sabemos que aqui estamos pisando em terreno que oferece pouca segurança para o avanço mesmo que lento. É bem possível que isso se deva, em parte, à ausência de um consenso sobre se seria sequer concebível um *método* próprio para filosofia *como um todo* – se for possível falar em *filosofia como um todo*. Talvez aí nos deparemos com nossa maior dificuldade, a saber, considerar que seja possível encontrar tal método sem, ao mesmo tempo, cair em contradição com a ideia da essência da filosofia como *profunda indeterminação*, isto é, como algo que não se deixa entrever por um método geral. De modo que os conceitos filosóficos se veriam também envolvidos pelo espectro da indeterminação, tornando os limites conceituais da filosofia sempre difusos quando comparados com outros campos do conhecimento (cf. Heidegger, 1973a, p. 205-222). Aí reside o grande paroxismo da filosofia: por um lado ela vê nessa perene abertura conceitual a fonte infinita para suas pesquisas; por outro lado, se ressentido

justamente disso, isto é, de aí residir um enorme prejuízo para o estabelecimento definitivo de suas conquistas (cf. Kant, *KrV*, A vii-x), a tal ponto que ela própria poderia se sentir tentada a buscar, também para si, os métodos ou a arquitetônica própria das ciências, tomando-os como bons exemplos de um caminho seguro para o conhecimento, sem se aperceber da impossibilidade essencial desse procedimento (cf. Geroult, 2000; ver também: Geroult, 2007).

Sem nos determos diante dessa dificuldade, necessitamos procurar por uma forma metodológica capaz de distinguir, ainda que minimamente, o trabalho filosófico em geral. Somente depois de vislumbrado e esboçado este percurso é que poderemos passar a verificar se a psicologia freudiana, em especial sua metapsicologia, pode ou não compartilhar, seja no todo ou em partes, desse método, aproximando-se ou distanciando-se do trabalho filosófico minimamente determinado do ponto de vista metodológico. Para esta tarefa, nos apoiaremos em um conceito exemplar, retirado da metapsicologia freudiana, que possa nos servir de referência através dessa investigação acerca do método, como que para averiguar se é possível entender esse conceito como fruto de um trabalho, a um só tempo, filosófico e psicológico. O conceito escolhido ou, para sermos mais precisos, a noção ou o princípio, tendo em vista o prematuro estágio investigativo em que nos encontramos, permeia a totalidade da obra freudiana como uma espécie de fio condutor, qual seja: o prazer.

O fato de o prazer ser buscado *in concreto*, isto é, segundo uma ideia objetiva, sob cuja rubrica balizamos toda uma vida, seja ela prática ou teórica, seja ela individual ou coletiva, já fornece o estímulo necessário para sua inquirição *in abstracto*, segundo puros conceitos. Por meio dessa inquirição almejamos a ampliação dos nossos conhecimentos em filosofia e, também, em psicologia, seja pelo encontro de sua definição geral, seja apenas pela melhor demarcação de suas características etiológicas fundamentais. De modo que esta investigação não nos parece despropositada. Também ficamos curiosos sobre qual seria a natureza mais profunda de tal ideia, sobre qual seria a sua verdadeira conexão com as nossas ações cotidianas, assim como com o nosso bem estar individual e coletivo. Dessas primeiras indagações somos inevitavelmente levados a refletir sobre a possibilidade de um prazer restrito, um prazer que também pudesse implicar no seu oposto, isto é, em uma insatisfação profunda, em um prazer limitado, um prazer pela metade, um prazer em cujo seio o desprazer pudesse permanecer como uma incômoda e, até mesmo, necessária presença.

Mas aqui talvez não pecaríamos pelo excesso ao realizar ainda uma breve advertência. Não devemos confundir a tarefa a que nos propomos

neste artigo, que é a de procurar encontrar uma metodologia que indique o teor filosófico da metapsicologia freudiana, com outra completamente diferente, qual seja, a de nos deixarmos conduzir por afirmações genéricas que redundariam na redução de toda a psicologia freudiana a uma espécie *filosofia camuflada em psicologia*. Não nos deixemos seduzir, portanto, pela ideia de tentar mostrar, bem a contragosto do próprio Freud, que este almejava respirar ares filosóficos por meio de suas conquistas e descobertas psicológicas. Esta nossa investigação possui um alcance bem menos extraordinário, que é o de apenas tentar delinear, em termos amplos, o método utilizado para a fundamentação teórica de suas conquistas psicológicas, no sentido de consolidar uma via de comunicação mais tecnicamente efetiva entre a filosofia, tomada em sentido amplo, e a psicologia freudiana. Acreditamos que o entrelaçamento entre essas duas áreas não pode ser sumariamente descartado, haja vista que é possível perceber na psicologia freudiana uma espécie de natureza mista, como se se tratasse aí de um híbrido, partilhando simultaneamente dos métodos empregados pela filosofia e pelas ciências da natureza. Nesta especial concepção psicológica, que alguns chamam de freudismo², encontramos a reinterpretação da constituição simbólica da alma humana em termos algumas vezes físicos, outras vezes biológicos, como se aí residisse uma filosofia freudiana da natureza (cf. Hyppolite, 1991, p. 409-410 e 425-426).

Sentindo-nos, assim, advertidos já podemos nos posicionar diante de uma determinada concepção metodológica para a filosofia em geral; concepção esta que acreditamos ser bastante útil para a nossa proposta de encontrar, se houver – e acreditamos que de fato exista –, um elo comunicativo entre a filosofia e psicologia freudiana. Trata-se do esquematismo oferecido por Kant em seu pequeno tratado de 1764.

1. Kant e a forma do método para a filosofia em geral

O tratado *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e moral* (1764 [2005]), foi oferecido como resposta à questão proposta pela *Academia Real de Ciências de Berlim* que, por esta ocasião, propunha um exame acerca da natureza das verdades da metafísica, ou da filosofia em geral, em comparação com aquelas verdades obtidas pela matemática.³ Por meio desse trabalho, Kant nos oferece uma acurada e

² Cf. Assoun, 1991, p. 7-8.

³ Conforme nota acrescentada ao texto, a questão se enunciava do seguinte modo: “Perguntamos se as verdades da metafísica em geral, em particular, os primeiros princípios da teologia natural e da moral são suscetíveis da mesma evidência que as verdades matemáticas e, no caso de não o serem, qual é a

abrangente distinção dos métodos utilizados nestes campos, alertando-nos sobre os riscos de confundi-los, ou de presumir que sejam livremente intercambiáveis, ao se acreditar ingenuamente que seja possível conferir, desse modo, à filosofia o grau de certeza que a matemática é capaz de nos oferecer por caminhos que lhes são próprios. Assim, ao caracterizar a distinção entre, de um lado, o método pertinente à filosofia e, de outro, à matemática, acredita ele ser capaz de oferecer maior determinação e certeza às proposições filosóficas, ainda que a moeda com a qual se tenha de pagar por essa conquista assuma a forma pouco *rentável* da modéstia filosófica, especialmente no que diz respeito àquelas antigas e amplas pretensões quanto às demonstrações e definições em metafísica. De modo que uma parte do esforço de Kant nesse tratado se volta para a caracterização do método próprio a ser empregado em filosofia, demarcando seu alcance e limite, não podendo ser ele, de modo algum, confundido com mais um discurso doutrinário ou metafísico:

Se for estabelecido o método pelo qual se pode alcançar a máxima certeza possível nessa espécie do conhecimento e a natureza dessa convicção for bem compreendida, então em vez da eterna inconstância das opiniões e de seitas escolásticas, uma prescrição imutável do modo de proceder deve unir as cabeças pensantes em esforços idênticos; [...]. Que modo de proceder, porém, deverá possuir este próprio tratado, em que se deve mostrar à metafísica seu verdadeiro grau de certeza, juntamente com a via pela qual aí se chega? Se esta exposição fosse, uma vez mais metafísica, então seu juízo seria justamente tão inseguro quanto tem sido até agora essa ciência, que espera adquirir alguma constância e solidez graças a esta exposição, e tudo se poria a perder. (*Ibid.*, p. 103)

Trata-se aqui, portanto, de um discurso acerca do método em geral para a filosofia, de um discurso *metafilosófico* que, nesse sentido, tenta se excluir do campo propriamente doutrinário que ainda necessita de regulação metodológica. O discurso kantiano pretende ir habitar lá onde somente reside a pura exposição analítica, sem pretender, portanto, acrescentar nada ao conhecimento metafísico, mas apenas expor aquilo que já nele existe, mas que ainda precisa ser mais bem esclarecido. Assim sendo, seu discurso escaparia de sua própria crítica de carência de método, uma vez que pretende se excluir dos discursos puramente doutrinários em filosofia para se estabelecer como discurso meramente metodológico.

E, de início, trata ele de estabelecer uma distinção entre o método utilizado pela matemática daquele outro próprio ao trabalho filosófico ou metafísico. Este contraste entre a matemática e a filosofia será de suma

natureza de sua certeza, a que grau podem chegar e se esse grau é suficiente para a convicção" (*ibid.*, p. 101).

importância, pois, a partir dessa oposição entre estes dois métodos absolutamente distintos, é possível evidenciar com muito maior nitidez como se dá ou, pelo menos, como *deveria* dar-se, o trabalho propriamente filosófico. Assim, a matemática obteria, segundo Kant, todos os seus conceitos universais por meio da realização de sínteses⁴, isto é, “*pela vinculação arbitrária dos conceitos*” (Kant, 1764 [2005, p. 104]). Os chamados conceitos matemáticos universais nasceriam, portanto, dessa *vinculação arbitrária* de conceitos mais simples, dados ou postulados, cuja origem faria referência à intuição. Por exemplo, o conceito geral de *trapézio* nasceria da síntese, em uma definição, dos conceitos de quatro retas não paralelas que encerram um plano, cuja fonte última remontaria à intuição. Assim, a definição de *trapézio imediatamente* nos fornece o próprio conceito de *trapézio*. Sem essa definição dada previamente, e que constitui uma síntese daqueles conceitos simples de reta, plano e paralela, não seria possível alcançar o conceito mais complexo de *trapézio* (*ibid.*, p. 104).

A matemática básica, aqui indicada através desse simples exemplo retirado da geometria, obteria suas certezas por meio da síntese de conceitos simples. As proposições básicas e certas em matemática nascem, portanto, de suas próprias definições e retiram seu caráter apodítico dessas mesmas definições, por meio da identidade entre sujeito e predicado. Um objeto que não corresponda à definição de *trapézio* não pode recair sob esse conceito e, portanto, não pode ser denominado *trapézio*; isso quer dizer que o conceito *trapézio* encerra imediata e absolutamente todos os objetos que correspondem à sua definição, e tão somente esses objetos, pois é a própria definição que determina que objetos podem ou não pertencer ao conjunto de todos os *trapézios* possíveis. As definições em matemática determinam assim, *a priori*, as fronteiras precisas de um conceito, de modo que o objeto se coloca ou inteiramente dentro ou inteiramente fora desses limites. Isto também significa que não existem, no interior da matemática, conceitos contraditórios, pois estes ou são ou definições primárias (postulados) ou decorrem delas (teoremas). De um modo ou de outro, são sempre certos e completos, uma vez que o que está na base dessa certeza e completude é o princípio de identidade; isto é, o predicado (*definiens*) deve ser sempre idêntico ao sujeito (*definiendum*): *um trapézio é constituído por quatro retas não paralelas que delimitam um plano*.

Para Kant, o caso da filosofia é completamente distinto. Diferentemente da matemática, onde o conceito brota imediatamente por

⁴ Em oposição a esta concepção da Matemática (Aritmética) como conjunto de proposições sintéticas, cf. Frege, 1974.

meio de sua definição⁵, em filosofia o que se busca é a compreensão, ou o esclarecimento, de um conceito complexo dado, sem que nenhuma definição lhe anteceda necessariamente. A definição pode ou não surgir como efeito do esclarecimento do conceito, tão somente *a posteriori* portanto. Mas justamente por isso essa forma de definição não apresenta nenhum caráter apodítico, não tendo ela prioridade alguma para a conquista das certezas neste campo. Assim, segundo Kant, tudo indica que, em filosofia, se deve buscar, em primeiro lugar, pelas *notas características* de um conceito já dado, ainda que obscuramente, a partir do qual uma definição poderia ou não advir por meio da efetuação da síntese dessas notas características. Deste ponto de vista, os conceitos filosóficos são sempre uma atualidade complexa dada, para a qual se poderá buscar uma definição que será sempre posterior ao conhecimento obtido do esclarecimento desse conceito. E, como é enfatizado neste tratado, é muito improvável que um conceito filosófico qualquer, previamente dado em sua complexidade, coincida com exatidão a qualquer definição posteriormente obtida por uma síntese arbitrária de suas noções mais simples, tomadas como princípios, como se em filosofia pudessemos proceder de maneira símile à matemática, isto é, por análise regida pelo princípio da identidade. Pelo mesmo motivo, não podemos esperar que os conceitos filosóficos apresentem o mesmo grau (ou tipo) de certeza daqueles oriundos das definições em matemática:

Cada um possui, por exemplo, um conceito do tempo; esse conceito deve ser definido. Tenho de considerar essa ideia em várias relações, para descobrir por desmembramento suas notas características, conectar diversas notas características abstraídas, para descobrir se elas fornecem um conceito suficiente, e cotejá-las entre si, para descobrir se uma não encerra em si parcialmente a outra. Se quisesse, aqui, tentar chegar sinteticamente a uma definição do tempo, que feliz acaso se daria, se esse conceito fosse precisamente aquele que exprime completamente a ideia que nos é dada! (Kant, 1764 [2005, p. 105])

A esta primeira demarcação do método filosófico, como de busca de definições *a posteriori*, Kant acrescenta ainda que os sinais em matemática apontam para relações *in concreto*, isto é, estes sinais se referem a intuições, o que significa que servem como substitutos de *coisas* tomadas na forma do pensamento. *In concreto* significa, então, que os sinais em matemática apontam para algo que se coloca para além deles mesmos, para algo *exterior* a eles; a relação *in concreto* pode ser expressa

⁵ Como sabemos, a ideia da matemática como habitáculo exclusivo de juízos sintéticos a priori irá constituir uma das marcas distintivas do pensamento crítico de Kant. Cf., por exemplo, *KrV*, B 15 e *Prolegômenos* (1988, p. 32-33).

esquemáticamente na forma sinais→*coisas*. Já, na filosofia, todas as relações encontradas se dão *in abstracto*; isto é, os sinais remetem simplesmente a outros sinais e não a intuições, ou *coisas*, que transcendam este campo meramente simbólico-conceitual (*ibid.*, p. 106). O que significa que os sinais são as próprias *coisas* com que se tem de lidar em filosofia, ou seja, os conceitos são *a coisa filosófica* por excelência. As relações em filosofia são expressas, portanto, pelo seguinte esquema: (*coisas*)→sinais (*coisas*).

Neste caso, uma vez que estes conceitos são dados confusa e imediatamente em sua totalidade complexa ainda carente de análise, o trabalho filosófico se torna extremamente mais exaustivo e arriscado que o trabalho matemático que tem de se preocupar, apenas, com a composição de conceitos complexos por meio de outros mais simples na intuição. Na filosofia, o pensamento tem de lidar, a cada vez, com a própria *coisa*, como conceito dado (o mero sinal), e não com a simples *forma da coisa* como em matemática. De modo que o universal na *coisa*, que é o que se busca por meio da análise filosófica, só pode ser buscado *in abstracto*, isto é, sem qualquer auxílio da intuição. Em suma, em filosofia não há qualquer possibilidade de que seus sinais sirvam de mera *forma da coisa*, uma vez que estes são a própria *matéria* do filósofo, que não pode ir buscar *in concreto* qualquer refúgio mais seguro (*ibid.*, p. 107; cf. também Loparic, 2000, p. 33-41).

Acrescente-se a isso que a filosofia tem de se deparar com uma grande variedade de conceitos que são, total ou parcialmente, *irresolúveis*, enquanto que a matemática não se vê obrigada a se deparar com esta dificuldade (Kant, 1764 [2005, p. 110-111]). Esses conceitos *irresolúveis*, com os quais a filosofia se confronta, são invariavelmente encontrados pelo método do desmembramento, analítico, compondo uma ampla e irregular superfície sobre a qual os sistemas filosóficos tentam delicadamente se equilibrar, cada qual escolhendo arbitrariamente a melhor maneira de se acomodar sobre uma base assim desnivelada. A matemática não se apoia sobre nenhum conceito *irresolúvel*, na medida em que aqueles poucos conceitos *irresolúveis*, encontrados por desmembramento, não podem ser considerados como propriamente matemáticos.

De fato, o conjunto dos conceitos *irresolúveis* é o que propriamente demarca a fronteira entre a filosofia e a matemática; nesta, este conjunto é sempre vazio enquanto que, naquela, ele é sempre diferente de vazio. Tomemos, como exemplo, a proposição *o todo é igual à soma das partes*; em matemática esta proposição identifica, na definição, o sujeito (conceito/sinal) *todo* com o predicado (conceito/*coisa*) *união completa*. Esta é a definição que determina o conceito de *todo* que, a partir de agora,

se torna um sinal para o objeto *união completa* que é dado na intuição. Trata-se aqui, portanto, de uma definição nominal que me fornece um conceito por meio do princípio de identidade e, nesse sentido, não pode ser considerada *irresolúvel* no âmbito *propriamente matemático*, pois define com precisão um determinado objeto na intuição.

Contudo, extrapolando o âmbito do *propriamente matemático*, em filosofia se quer saber, em primeiro lugar, o que seja esse *todo*, tomando-o justamente como algo indeterminado, isto é, antes de qualquer definição. Procura-se, então, por suas notas características para a construção de um juízo fundamental que irá ajudar a compor a definição desse *conceito*. Obviamente este juízo não pode ser obtido a partir desse mesmo *conceito* sob pena de incorrer em circularidade. É fácil perceber portanto que, em filosofia, uma miríade de proposições indemonstráveis, entendidas como *irresolúveis*, alimentam as investigações a partir das quais nascem suas proposições certas. E é neste sentido que devemos entender em que diferem as certas obtidas em filosofia daquelas obtidas em matemática; isto é, na matemática não são encontradas proposições elementares *irresolúveis*, enquanto que em filosofia, estas o são em grande número. Daí resulta também o que distingue a matemática da filosofia no que diz respeito à forma.

Admitindo-se, desse modo, que a maneira como estes campos estabelecem suas certas é diametralmente oposta, a única conclusão possível é que constitui enorme equívoco confundir o método geral empregado pela filosofia com aquele empregado pela matemática. No mínimo, o significado da palavra *certeza* em matemática não pode ser compreendido como sendo o mesmo utilizado em filosofia. Enquanto que muitas certas filosóficas podem ser obtidas antes que qualquer definição seja oferecida, as certas matemáticas nascem somente a partir delas.

Na filosofia, notadamente, na metafísica, pode-se frequentemente conhecer muito sobre um objeto, distintamente e com certeza, podendo-se também derivar consequências seguras a partir daí, antes que se esteja em posse de sua definição e mesmo quando não se há de fornecê-la. Diversos predicados, a saber, podem ser imediatamente certos, para mim, a respeito de qualquer coisa, embora ainda não os conheça o bastante para dar o *conceito da coisa* minuciosamente determinado, isto é, a definição. Mesmo que jamais definisse o que é um *desejo*, poderia dizer no entanto, com certeza, que todo desejo pressupõe uma representação do desejado, que essa representação é uma previsão do futuro, que a ela se vincula o sentimento de prazer etc. Tudo isso cada um percebe constantemente na consciência imediata do desejo. A partir de tais noções comparadas, talvez no final se possa chegar à definição do desejo. (*Ibid.*, p. 116-117)

A partir dessas considerações é possível distinguir um método seguro que, segundo Kant, deverá caracterizar as investigações em filosofia, em particular as da metafísica. Este método se baseia em dois preceitos fundamentais: 1) em filosofia não se deve começar pelas definições; ao invés disso, se deve procurar por aquilo que se tem como *certo* a respeito do que se pretende conhecer e, a partir de então, construir proposições tão certas quanto as que se podem assim obter, sem confundi-las com uma definição do tipo matemático. 2) deve-se procurar aqueles juízos mínimos e imediatamente *certos* sobre o objeto (coisa/sinal/conceito), como se aí se procedesse de maneira símile à busca de axiomas em geometria. Contudo é possível ainda partir de conhecimentos que não apresentam elevado grau de certeza, como que para verificar se estes não poderiam também conduzir ao acerto, desde que se tenham sempre a clareza de que aqui se tratam de meras hipóteses de trabalho, especulações, que devem sempre ser mantidas sob o olhar grave da suspeita.

Fica claro, por meio da prescrição desses dois preceitos metodológicos fundamentais para a metafísica, que Kant está seguindo o modelo proposto pela física newtoniana, assim como ele próprio deixa patente: “O autêntico método da metafísica é, no fundo, idêntico àquele introduzido por Newton na ciência da natureza e que foi de consequências profícuas para ela” (*ibid.*, p. 119). De modo que o método a ser adotado na metafísica é o *analítico*, no qual se procede sem que nenhuma definição seja colocada como princípio, enquanto que em matemática encontramos o método *sintético* que, inversamente, constrói o conhecimento a partir de definições. O trabalho do metafísico difere daquele do *matemático* na medida em que o primeiro não se preocupa em estabelecer essas definições fundamentais, mas em esclarecer conceitos e conhecimentos confusamente dados.

Analiticamente (em física e em filosofia) se procede, portanto, na medida em que, desses conceitos e proposições dados confusamente, se procura extrair aquilo que é suposto como *certo*, expressando essa certeza em proposições e conceitos simples que apontam para suas notas características. Para tanto, é permitido lançar mão de hipóteses de trabalho que só serão predicadas como verdadeiras, contudo, depois que suas consequências forem rigorosamente medidas e suas validades aferidas, seja empiricamente (no caso da física) seja apenas logicamente (no caso da filosofia).

Ao tentar proceder sinteticamente em filosofia, corre-se o grande risco de se deparar, prematuramente, com definições que de modo algum acarretarão naquele grau (tipo) de certeza obtido pela matemática, mesmo que a intenção destes filósofos, ao copiar o método matemático, fosse

justamente o de conferir o rigor lá encontrado às suas próprias *demonstrações* e, assim, extrair delas as *certezas necessárias* por meio da aplicação do princípio de identidade. Neste ponto, é-nos bastante conveniente um exemplo oferecido por Kant:

A maioria dos filósofos menciona, como exemplo de conceitos obscuros, aqueles que podemos ter em sono profundo. **Obscuras são as representações de que não se está consciente.** Ora, algumas experiências mostram que, mesmo em sono profundo, possuímos representações e, uma vez que delas não estamos conscientes, então eram obscuras. A *consciência* possui, aqui, um significado ambíguo. Não se está consciente ou de uma representação que se tem, ou de uma representação que se teve. A primeira designa a obscuridade da representação enquanto está na alma; a segunda não indica senão que dela não se recorda, mas daí não decorre que elas não possam, no sono, ter ocorrido com consciência [...]. Contudo, ao passar fácil demais às conclusões, ao dar sempre significado ao conceito sem prévia advertência dos diversos casos, passa-se, nesse caso, por falta de atenção, ao largo de um suposto grande segredo da natureza, a saber, que talvez possa exercer-se, no sono mais profundo, a grande presteza da alma para o pensamento racional; pois não há outra razão para o contrário senão que, em vigília, não se recorda desse pensamento, razão, porém, que nada demonstra. (*Ibid.*, p. 124-125 – destaques nossos)

Assim, não se pode presumir arbitrariamente que no sono a consciência das representações não ocorra em sua plenitude, apenas por que, preliminarmente, um juízo prematuro as definiu como *obscuras* simultaneamente àquelas assim dadas no estado de vigília e que foram esquecidas parcialmente. Tomando cuidado em não se deixar conduzir por raciocínios que apenas na aparência se fazem válidos, então abrimos a possibilidade para a consideração de hipóteses absolutamente legítimas tais como, por exemplo, que as representações nos sonhos não são obscuras, deixando em suspenso o juízo que apressadamente assim as definiu. De modo que não havendo nada que impeça essa via especulativa sobre as representações durante o sono e, pelo contrário, havendo motivos para suspeitar da rápida e fácil *certeza* fornecida pela definição apressadamente oferecida que, muitas vezes, não passa de uma sofisticação das pretensas certezas do senso comum, a saber, de que são *obscuras* todas as representações que não ocorrem durante a vigília, então se pode legitimamente concluir pela validade da hipótese de que também são conscientes as representações ocorridas durante o sono. Pelo menos não estariam, em princípio, descartadas. Tomando este cuidado evitamos a afirmação apressada e, por este motivo, com *baixo grau de certeza*, acerca de um determinado estado de *coisas*; ao mesmo tempo, abrimos uma via investigativa em filosofia que se via inibida pela adoção de um método impróprio à investigação neste campo, a saber, o da postulação de uma

definição nominal com pretensão apodítica por meio do uso abusivo do princípio de identidade, isto é, agindo em filosofia como em matemática por meio da postulação de uma síntese preliminar.

De modo que em filosofia (e também na física) não se deve proceder como em matemática, onde as definições são aquilo que constitui o início no processo de obtenção das certezas, mas sim procurando o maior número possível de esclarecimentos para os seus conceitos já dados, no sentido de obter um juízo que os expresse segundo aquilo que compõem as suas *notas características*. Este juízo não é ainda sua definição, como entendemos essa palavra em geometria, mas apenas um apanhado de resultados e intersecções obtidas pela investigação pormenorizada (no caso da metafísica, o critério de aferição dos resultados é tão somente negativo, isto é, simplesmente lógico; já a física pode contar, também, com o respaldo empírico) na qual se tem o cuidado de saber que, em filosofia, o trabalho de resolução conceitual não é nunca definitivo (senão arbitrariamente), contrariamente ao procedimento em geometria (matemática) que procede por síntese de postulados e, portanto, cujas análises obtêm sempre um termo final.

Em suma, em filosofia, e também na física, se parte daquilo que se mostra em sua inteira e real complexidade para, por resolução conceitual, poder se encontrar a forma segura do conhecimento que poderá, a partir de então, ser transfigurado numa definição que nunca será definitiva. Esta definição, se obtida, nunca é final, pelo menos não em filosofia, dado que, não havendo discordância da lógica, muitas notas características podem vir a se somar ao conceito, enriquecendo-o indefinidamente. Algo parecido se passa com a física, com a advertência de que, devendo esta, em algum momento, mesmo que apenas idealmente, também contar com o respaldo empírico; o enriquecimento dos conceitos em física se vê, assim, limitado por uma restrição a mais que em filosofia que conta com a regulação exclusiva da lógica tão somente.

2. O prazer: aspectos metapsicológicos

Trataremos de averiguar de que maneira os interesses de Freud, no sentido da busca de uma *Tiefenpsychologie*, o conduziram na formulação de proposições que poderemos considerar como constituindo uma espécie de ontologia⁶ do mental, ou uma ontologia do psíquico. Assim, nos voltamos

⁶ Assim, nos colocamos de acordo com o professor Oswaldo Giacóia Júnior ao assinalar a forte conexão entre a ontologia e a metapsicologia freudiana, podendo ser esta compreendida como um especial tipo de metafísica: “Ora, não se pode ignorar que a palavra metapsicologia é evidentemente derivada da palavra *metafísica*. Assim, ao denominar o saber teórico da psicanálise numa derivação imediata e

aqui para o conceito, ou noção, que está na raiz dessa investigação e que transpassa toda a obra freudiana funcionando como uma espécie de sinalizador, mesmo que negativo, para a busca do restante de seus elementos: o prazer. Perguntamo-nos se se trataria aqui de algo que possa ser definível e, se afirmativamente, qual seria sua base ontológica (metapsicológica). Tratar-se-ia de saber, qual é a forma metodológica presente para alcançar esta definição. Rapidamente percebemos que uma determinada forma metodológica para a afirmação de tal definição se encontra no interior do campo teórico denominado como *metapsicologia*, o mesmo podendo ser averiguado no que diz respeito a outros elementos fundamentais que, juntos, compõem o *corpus* teórico que, uma vez identificado enquanto tal, passa a funcionar como uma espécie de *órganon* para toda a psicologia freudiana em geral e, em particular, para a psicanálise.

Assim procedendo esperamos conduzir nosso estudo no sentido de uma demarcação metodológica da psicologia freudiana, naquilo que concerne ao seu arcabouço ontológico, procurando desta forma identificar seu possível intercâmbio com a filosofia. Para tanto, manteremos próximas de nós as observações sobre o método da filosofia em geral realizadas na primeira parte desse artigo.

2.1 Em busca do prazer: um *Projeto* para uma vida inteira.

A partir de um sentido de certa forma restrito, as diversas metafísicas se vêem sempre preocupadas com a formulação, em termos conceituais, dos princípios e caracteres mais gerais de uma dada realidade, tendo como objetivo fundamentá-la por meio da explicitação daqueles conceitos que apontariam para os elementos e as relações referentes a esses princípios básicos. Neste sentido deveras restrito, a metafísica é tomada como ontologia, isto é, como compreensão basal da estrutura da realidade na forma do conceito do *ser* (ente).⁷ Compartilhamos da ideia de que uma interrelação entre a metapsicologia e a metafísica, tomada aqui como ontologia, pode ser rastreada desde os escritos pré-psicanalíticos de Freud, sendo estes escritos particularmente importantes do ponto de vista da fixação dos alicerces de todo o posterior desenvolvimento psicanalítico,

incontornável da palavra metafísica, Freud procurava também identificar naquela disciplina algo que a aproximaria de sua metapsicologia” (Giacóia, 2008, p. 20-23).

⁷ Esse é um dos dois sentidos apontados por Heidegger na Introdução de 1949 ao seu *Que é Metafísica?*: “A metafísica, porém, representa a entidade do ente de duas maneiras: de um lado a totalidade do ente enquanto tal, no sentido dos traços mais gerais (ὄν καθόλου, κοινόν); de outro, porém, e ao mesmo tempo, a totalidade do ente enquanto tal, no sentido do ente supremo e por isso divino (ὄν καθόλου, ακρότατον, θεῖον)” (1973, p. 259).

justamente na medida em que é a partir deles que Freud irá encontrar os conceitos que servirão de fio condutor de suas investigações posteriores.

E ao se referir à *Interpretação dos sonhos* em uma de suas cartas dirigidas a Fliess, deixa bastante clara sua preocupação em abrigar este momento fundante de sua teoria do psíquico sob um nome que lhe fosse adequado, evidenciando a importância que atribuía a essa parte essencial de sua investigação do psíquico:

Não foi uma façanha nada insignificante de sua parte ver o livro dos sonhos concluído diante de você. Ele sofreu uma interrupção novamente, e nesse meio tempo o problema foi aprofundado e ampliado. Parece-me que a teoria da realização de desejos trouxe apenas a solução psicológica, e não a biológica, ou melhor, a **metafísica**. (Aliás, vou perguntar-lhe com seriedade se posso usar o nome de **metapsicologia para minha psicologia que vai além da consciência**.)⁸

Tomando esta *psicologia que vai além da consciência* como sua *Tiefenpsychologie*, isto é, como sua solução biológico-metafísica, ou como sua ontologia do psíquico, então ela deve especificar o *ente* a que ela se refere nessa especial concepção de realidade, através da explicitação de seus princípios fundamentais, suas *causas primeiras*⁹, por assim dizer. E no *Projeto de uma psicologia* (1995), são assumidas duas hipóteses fundamentais que constituirão o núcleo bio-mecânico desse modelo psíquico: a primeira é de ordem tópico-estrutural, postulando elementos estruturalmente homogêneos, mas dispostos em sistemas distintos, que serão chamados de neurônios; a segunda é de ordem econômica, postulando que um *quantum* de energia intrapsíquica deve percorrer e permear estes neurônios, ora ocupando-os ora desocupando-os, analogamente a um modelo hidrodinâmico. Essa energia é designada simplesmente como *Quantidade (Q)*¹⁰.

No início do *Projeto* (Freud, 1995) é considerada a tendência à descarga completa das *Q's* que adentram o sistema, como se aí houvesse uma inclinação à redução de todo investimento a zero, conforme o modelo do arco reflexo, que permanecerá válido mesmo com a derrocada do *Projeto* como revela esta passagem da *Interpretação dos sonhos*: “Os processos reflexos continuam a ser o modelo de todas as funções psíquicas” (2001, p. 460). Tomando por base este modelo é apresentado o *Princípio de inércia neurônica* como princípio responsável por todas as disposições

⁸ (Freud, “Extratos dos documentos dirigidos a Fliess”. In: Freud, *Publicações Pré-psicanalíticas e esboços inéditos* [1892-1899] (ESB, Vol. 1; 2006. p. 325 – grifos nossos).

⁹ Para uma compreensão mais técnica da expressão remetemos o leitor a Aristóteles, *Metafísica*, Livros A (Capítulos II-X) e D (Capítulo I).

¹⁰ A aproximação com a terminologia da física é explicitamente assumida por Freud nas primeiras linhas do *Projeto* (Freud, 1995).

automáticas do psiquismo, ou todas as funções ditas primárias. Este princípio, contudo, é insuficiente do ponto de vista biológico e, portanto, também do ponto de vista psíquico, na medida em que, tomado isoladamente, não poderia corresponder como fundamento de qualquer processo complexo de manutenção de um ser vivo (homeostase).

Analogamente aos organismos vivos, se o *Princípio de inércia* atuasse irrestritamente, todo sistema psíquico teria suas funções anuladas pela redução de toda energia intrapsíquica a zero. No nível biológico isso significaria que o orgânico seria reconduzido, inexoravelmente, de volta ao inorgânico. Mais do que isso, o modo como originalmente é apresentado o *Princípio de inércia* implicaria, até mesmo, na impossibilidade da constituição de qualquer sistema orgânico que necessita da permanência de um *quantum* energético para se efetuar como tal. Assim sendo, este princípio sofre uma modificação para continuar a ser especulativamente viável. Esta modificação consistirá na restrição de que um *quantum* mínimo de energia deverá ser, doravante, considerado como permanecendo no interior de todo sistema biológico. O *Princípio de inércia* é então convertido em *Princípio de constância* de modo a garantir que aparelho psíquico se viabilize do ponto de vista energético, presumindo as *Q's* em um nível mínimo operacional tão baixo quanto possível.

Os *Princípios de inércia* e de *constância* permanecem, contudo, numa espécie de coexistência superposta, convenientemente válidos dependendo do modelo explicativo que se queira adotar para o psíquico, seja ele do tipo mecânico ou do tipo biológico, ambos funcionando para uma compreensão metapsicológica do *Princípio do prazer* e do *Princípio de realidade*. De início, o *Princípio do prazer* poderia ser metapsicológicamente elucidado como a inclinação psíquica para a descarga completa das *Q's*, segundo o modelo da vivência original de satisfação, concebido no *Projeto* como o circuito adequado para a dissolução da tensão intrapsíquica: a representação do desejo (cf. Freud, 1995, p. 32). Contudo, desse ponto de vista, que é o ponto de vista orientado pela assunção irrestrita do *Princípio de inércia*, o resultado seria a alucinação e, conseqüentemente, a falência da funcionalidade do aparelho psíquico (*ibid.*, p. 33).

Portanto, a busca pelo prazer (pela satisfação) deve ser orientada pelo *Princípio de constância*. Isto é, torna-se necessário a interposição da realidade, como signo de qualidade, que indique a presença efetiva do objeto de desejo, ou o do objeto hostil, para que só então ocorra a descarga das *Q's*. Desse modo o *Princípio de prazer* deve se submeter ao *Princípio de realidade*, passando a ser entendido como uma inclinação à satisfação, no estado de desejo, sem que isso redunde em alucinação, ou falseamento

da realidade. A partir de agora deve ser considerado um lapso de tempo na consecução da descarga; isto é, de um distanciamento temporal entre a percepção do objeto (de desejo ou hostil) e a descarga a ele associada. Somente por meio desse lapso temporal, desse distanciamento e complicação entre o lado perceptivo e o lado motor, se garantiria a interrupção do processo primário e a evitação da nociva alucinação. Trata-se aqui de um processo no qual o arco-reflexo não pode mais servir como modelo teórico. O modelo mecânico apresenta sua limitação explicativa cedendo rapidamente lugar ao modelo biológico.

A ideia de *energia ligada* dá ensejo aos assim chamados processos secundários, cuja meta é a adequação perfeita do objeto de desejo, segundo seu posicionamento, por meio de uma ação específica no mundo. Neste caso, a descarga não se dá mais imediatamente, mas mediante uma determinada situação e ação no mundo. Torna-se dependente, portanto, de uma determinada *realidade*, na qual a ação do sujeito pode intervir como *pivot* da descarga. A *realidade* aqui é entendida como um efetivo *reconhecimento* do objeto (desiderativo ou hostil) o que, por sua vez, necessariamente demanda um excedente de energia psíquica, previamente destinado a essa tarefa. O processo primário cede lugar ao secundário, também denominado de *pensar*.

Em suma, do ponto de vista do *Projeto*, que é um ponto de vista *fantasista*¹¹, ao mesmo tempo tópico, dinâmico e econômico, o prazer é compreendido então como o efetivo resultado, biologicamente aproveitável, da ação que conduz à descarga da energia psíquica, mantendo-a em um patamar mínimo, operacional, para o sistema, isto é, mantendo-o funcional. Em outras palavras, o prazer é o resultado do processo psíquico que conduz a uma ação no mundo que é dita bem sucedida na medida em que é capaz de aproximar o objeto de desejo, colocando-o na posição adequada, para que a satisfação (a descarga psíquica) decorra como consequência desta ação. Em termos econômicos, satisfação significa o retorno do aparelho a um estado de equilíbrio energético, isto é, a uma indiferenciação entre os estados de movimento e de repouso dos neurônios. Assim, o conceito de prazer está intimamente relacionado ao de satisfação, já que é entendido metapsicologicamente como decorrente da restauração de um estado mais primitivo (originário) do aparelho, isto é, de um estado de tensão originalmente indiferenciado. Por sua vez, o desprazer é definido pela via oposta, como a sensação decorrente da elevação dos níveis de tensão que retiram o aparelho de seu estado de primitiva indiferenciação energética.

¹¹ Cf. Freud, *Análise terminável e interminável* (ESB, Vol. 23; 2006 p. 241).

De acordo com a ordem da exposição que encontramos no *Projeto*, a vivência de satisfação antecede a vivência de dor, dando margem à interpretação de uma determinada ordem lógica da significação dos conceitos no interior da qual o prazer se colocaria como aquele conceito mais fundamental. Mas esta interpretação pode gerar um conflito com o ponto de vista econômico (sistêmico), onde toda redução de tensão pressupõe seu acúmulo prévio; neste sentido, este princípio econômico poderia então ser traduzido para o plano psicológico como algo do tipo: toda sensação de prazer necessariamente pressupõe um desprazer mais originário, de modo que seria então o desprazer, e não o prazer, que se colocaria como o conceito norteador das funções psíquicas e, portanto, metapsicológicamente mais fundamental (cf. Gabbi Jr., 1995, notas 26, 90, 92 e 115).

No entanto, partindo da hipótese da indiferenciação originária do substrato material, sobre o qual as magnitudes físicas (*Quantidades*) se acumulariam para fazer vir à tona um sistema, qualquer que seja ele, este só pode ser dito existente se considerado simultaneamente a um estado de originária tensão em um dado tempo t_1 que marca o seu início enquanto tal. Não havendo, portanto, nenhum estado de baixa tensão sistêmica anterior a t_1 , haja vista que não há qualquer sistema antes de t_1 . Um tempo dito t_0 aponta apenas para o próprio substrato indiferenciado que, tomado em si mesmo, não pode ser tratado como sistema.

Assim, alta tensão e baixa tensão são predicados exclusivos dos sistemas. Além disso, este estado de tensão sistêmica em t_1 não pode ser imediatamente associado ao conceito de desprazer. Isso só poderá acontecer na medida em que um estado de diminuição de tensão o suceder em t_2 . Enquanto isto não ocorrer, a tensão originária não poderá ser considerada nem alta nem baixa e, portanto, não poderá ser associada a qualquer estado psicológico, seja de prazer seja desprazer. É apenas retrospectivamente, a partir de t_2 , que t_1 pode ser avaliado como um estado de acúmulo superior tensão.

Seja como for, fica claro que toda sensação de prazer pressupõe um estado anterior de tensão que, em si mesmo, não pode ser considerado qualitativamente como desprazeroso. Assim, na ordem da significação dos conceitos, o prazer tem precedência metapsicológica sobre o desprazer, ainda que seja temporalmente posterior a ele na ordem das vivências, mas apenas de um ponto de vista retrospectivo. A ordem de aparecimento dos conceitos deve então dar prioridade ao prazer. É o conceito de prazer que dá ensejo e significação ao de desprazer, na medida em que o estado de tensão originário em t_1 só pode ser avaliado retrospectivamente a partir

dele. Em suma, sistemicamente t_1 antecede t_2 , mas psicologicamente o conceito de prazer sustenta metapsicologicamente o de desprazer.

A associação entre os estados psicológicos conscientes e os estados de tensão sistêmica teve como inspiração os trabalhos de Fechner¹², sempre tendo Freud exultado a coincidência entre os fatos clínicos e esta teoria matemático-fisiológica acerca da correspondência entre os sentimentos conscientes de prazer e desprazer, como os estados internos de equilíbrio e desequilíbrio dos sistemas vivos:

Não podemos, entretanto, permanecer indiferentes à descoberta de um investigador de tanta penetração como G.T. Fechner, que sustenta uma concepção sobre o tema do prazer e do desprazer que coincide em todos os seus aspectos essenciais com aquela a que fomos levados pelo trabalho psicanalítico. A afirmação de Fechner pode ser encontrada numa pequena obra, *Einige Ideen zur Schöpfungs- und Entwick- lungsgeschichte der Organismen*, 1873 (Parte XI, Suplemento, 94), e diz o seguinte: “Até onde os impulsos conscientes sempre possuem uma certa relação com o prazer e o desprazer, estes também podem ser encarados como possuindo uma relação psicofísica com condições de estabilidade e instabilidade. Isso fornece a base para uma hipótese em que me proponho ingressar com maiores pormenores em outra parte. De acordo com ela, todo movimento psicofísico que se eleve acima do limiar da consciência é assistido pelo prazer na proporção em que, além de um certo limite, ele se aproxima da estabilidade completa, sendo assistido pelo desprazer na proporção em que, além de um certo limite, se desvia dessa estabilidade, ao passo que entre os dois limites, que podem ser descritos como limiares qualitativos de prazer e desprazer, há uma certa margem de indiferença estética [...]”.¹³

Para Freud representa sempre um ganho para a teoria quando suas formulações podem receber o respaldo advindo seja das constatações clínicas seja de formulações e princípios oriundos de outros campos científicos, como a física, a química ou a biologia. Neste sentido, sua metapsicologia pode ser compreendida, também, como uma espécie de aglutinador de dados teóricos e empíricos, sempre tendo como intuito ir além deles, visando uma solução mais geral para os estados psicológicos, por meio da elucidação e significação de seus aspectos mais gerais ou essenciais.

¹² Cf. Freud, *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (ESB, Vol. 8; 2006, p. 121); *Além do princípio do prazer* (ESB, Vol. 18; 2006, p. 18-19); “O problema econômico do masoquismo” (in: *O Ego e o Id e outros trabalhos*. ESB, Vol. XIX; 2006, p. 177). Cf. também a nota do editor inglês a *Inibições, sintomas e ansiedade* (ESB, Vol. XX; 2006, p. 82).

¹³ Freud, *Além do princípio do prazer* (ESB, Vol. 18; 2006, p. 18).

2.2 A transvaloração do prazer

Ao final dos avanços e retomadas conceituais que revitalizaram as investigações metapsicológicas entre as décadas de 1910 e 1920, Freud se vê diante da inevitável tarefa de se confrontar com a perturbadora contradição entre a inclinação à descarga do aparelho psíquico, expressa pelo *Princípio do prazer*, e os estados mentais normais e patológicos que aparentemente apontavam para o sentido oposto, isto é, para a busca compulsiva de vivências que não poderiam ser imediatamente associadas ao prazer. Essa tensão, que basicamente correspondia a uma tensão entre a metapsicologia e a clínica, encontrou sua tradução mais integral no *Além do princípio de prazer*, cujo objetivo foi elucidar e dissipar esse desencontro através de uma relativização do princípio que até então havia sido seu guia mais importante. Essa reconsideração culminou na subversão da ordem de total primazia do prazer, ofertando, em seu lugar, algo ainda mais fundamental (cf. Mezan, 2008, p. 253-256).

O que se pode testemunhar com a leitura desse texto é uma estratégia argumentativa pautada pela perspectiva ao mesmo tempo clínica e especulativa, na qual marcam presença especulações de caráter assumidamente biológicas, no sentido de encontrar uma radical universalidade para o discurso sobre o psíquico: Trata-se aqui de um texto que denuncia explicitamente o projeto de uma *Tiefenpsychologie*. E é Freud seu primeiro crítico, pois é ele mesmo o primeiro a reconhecer o caráter fundamentalmente hipotético dessa obra, colocando nas mãos do leitor o julgamento final sobre a validade ou a utilidade de tão amplas ponderações:

O que se segue é especulação, amiúde especulação forçada, que o leitor tomará em consideração ou a porá de lado, de acordo com sua predileção individual. É mais uma tentativa de acompanhar uma ideia sistematicamente, só por curiosidade de ver até onde ela levará. (*Além do princípio do prazer*. ESB, Vol. 18; 2006, p. 35)

E como dissemos, o princípio do prazer se obscurecia e se turvava quando confrontado com os fatos retirados da experiência cotidiana e clínica, colocando-o sob suspeita. Nesse sentido, *Além do princípio de prazer* especula sobre a possibilidade de que exista algo ainda *mais pulsional*, mais *subterrâneo*, algo ainda mais profundamente enraizado na *psiqué*, atuando como causa primeira de comportamentos compulsivos que se orientam no sentido da repetição. Seu dever é investigar essa hipótese, uma vez que pode residir aí uma alternativa etiológica menos problemática que o princípio do prazer:

Deve-se, contudo, apontar que, estritamente falando, é incorreto falar na dominância do princípio de prazer sobre o curso dos processos mentais. Se tal dominância existisse, a imensa maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada pelo prazer ou conduzir a ele, ao passo que a experiência geral contradiz completamente uma conclusão desse tipo. O máximo que se pode dizer, portanto, é que existe na mente uma forte *tendência* no sentido do princípio de prazer, embora essa tendência seja contrariada por certas outras forças ou circunstâncias, de maneira que o resultado final talvez nem sempre se mostre em harmonia com a tendência no sentido do prazer. (*Ibid.*, p. 19)

Entre estes fatos retirados da experiência cotidiana e clínica encontramos a neurose traumática, assim como os sonhos a ela associados, invariavelmente desprazerosos, os jogos infantis nos quais se pode observar a contínua re-experimentação da perda (*fort-da*), o caráter propriamente polimorfo da libido¹⁴ em algumas de suas manifestações, onde o acúmulo de tensão, definido anteriormente como desprazer, quando não a própria dor, é encarado como um fim em si mesmo¹⁵, a neurose de transferência (a própria resistência à análise), as frustrações sociais neuróticas, onde o paciente se defronta com a insatisfação de situações recorrentes (neurose de destino, obsessões, compulsões), enfim, tudo aquilo que aponta para a experimentação do desprazer. Tudo sinalizando para a uma compulsão, onde Freud foi capaz de detectar sua etiologia mais fundamental, base de toda experiência individual e social. E é justamente esta compulsão à repetição que se coloca além do próprio princípio de prazer:

Se levarmos em consideração observações como essas, baseadas no comportamento, na transferência e nas histórias da vida de homens e mulheres, não só encontraremos coragem para supor que existe realmente na mente uma compulsão à repetição que sobrepuja o princípio de prazer, como também ficaremos agora inclinados a relacionar com essa compulsão os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e o impulso que leva as crianças a brincar. (Freud, *Além do princípio do prazer*. ESB, Vol. 18; 2006, p. 33)

E um pouco mais adiante continua ele,

O exemplo menos dúbio [de tal força motivadora, a compulsão a repetição] é talvez o dos sonhos traumáticos. Numa reflexão mais amadurecida, porém, seremos forçados a admitir que, mesmo nos outros casos, nem todo o campo é abrangido pelo funcionamento das familiares forças motivadoras (o princípio de prazer). Resta inexplicado o bastante para justificar a hipótese de uma compulsão à repetição, algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais instintual do que o princípio de prazer que ela domina. (*Ibid.*, p. 34)

¹⁴ Cf. Freud, *Três ensaios sobre a sexualidade* (ESB, Vol. 7; 2006).

¹⁵ Trata-se aqui do complexo jogo econômico do masoquismo em suas diferentes esferas de manifestação individual e social. (Cf. Freud, *O problema econômico do masoquismo*. ESB, Vol. 19; 2006).

Tomando como metáfora a ideia de uma propriedade elástica da matéria, a compulsão à repetição aponta para uma tendência muito primitiva, inerente a todo organismo vivo, de retorno ao primitivo estado inorgânico. Esta tendência repousaria no íntimo das organizações biológicas de maneira ainda mais elementar que a inclinação ao prazer, mostrando-se ativamente presente no psiquismo por meio de seus delegados: as pulsões. Isso, no entanto, não impede pensar que a inclinação ao prazer não possa encontrar na compulsão à repetição um importante aliado que sirva de apoio a seus próprios interesses, podendo ser colocado até mesmo a serviço da reprodução. Do ponto de vista puramente metapsicológico, contudo, a compulsão à repetição pode ser simplesmente considerada como a tendência a *ligar* energia livre (torná-la *quiescente*), de modo a propiciar a maior eficiência de sua descarga, significando assim uma descarga mais completa. Ainda que a finalidade seja uma descarga biologicamente aproveitável, reduzindo a excitação psíquica a um nível aceitável e trazendo como resultado a satisfação, a finalidade da obtenção do prazer só pode ser considerado aqui de maneira apenas relativa a esta inclinação mais originária, que é a repetição. Assim, o conceito de prazer só poderia ser significado em função do novo conceito de repetição, de modo que o princípio de prazer se vê relativizado por algo que lhe é metapsicologicamente anterior, deixando então de ser um princípio no sentido rigoroso da palavra.

A vivência da dor fornece o exemplo paradigmático para compreender a suspensão, ainda que temporária, do princípio do prazer. A dor é entendida como sinal de que grandes somas de energia psíquica intempestivamente adentraram no interior sistema. Esta explicação da dor constitui o modelo para o mecanismo das neuroses traumáticas, entendidas como uma falha das defesas psíquicas contra essas Q's livres que tomaram de assalto o aparelho psíquico. Este, por sua vez, busca desesperadamente realizar a domesticação dessas Q's livres oriundas da situação traumática. Ligar essas Q's livres significaria retomar, *ab-reativamente*, o controle sobre a situação traumática. Do ponto de vista econômico e dinâmico, tratar-se-ia da tentativa de sujeitar energia livre a um objetivo biologicamente aproveitável, ou seja, ligá-la para fins de descarga segundo o princípio de realidade, sem contradizer o princípio do prazer.

Neste caso, a compulsão à repetição expressa uma tendência organicamente paradoxal: de um lado, está a serviço da vida, na medida em que busca ligar aquelas energias que se encontram livres no aparelho, no sentido da evitação do desprazer (evitação da dor); por outro lado, haja vista que outras Q's devem ser deslocadas para a consecução dessa tarefa, isto implica em um novo acúmulo de tensão intrapsíquica, cujo resultado

jamais pode ser a da descarga completa. Freud detecta nos sonhos referentes às neuroses traumáticas a repetição da vivência original do choque traumático psíquico, na qual se verificou um grande afluxo de energia intrapsíquica. Os sonhos nada mais seriam que tentativas, sempre frustradas, de tentar restabelecer a ordem psíquica destruída por esta repentina e inesperada invasão, revisitando, *ad nauseam*, a situação traumática cujo afeto reativa passa a reativar as representações associadas. O resultado é invariavelmente o desprazer na forma da angústia.

Aqui, pela primeira, é possível encontrar explicitada a negação da conhecida fórmula do sonho como realização de desejo (cf. Freud, *ibid.*, p. 42-43). Em princípio, a compulsão a repetição não implica em contradição com o *Princípio do prazer*, uma vez que, como dissemos acima, pode também servir de apoio à evitação do desprazer; ainda assim, é possível observar a independência da repetição em relação ao prazer, isto é, sua presença em situações clínicas sem qualquer sucesso posterior do prazer, denunciando empiricamente que o princípio do prazer não permanece nem solitária nem prioritariamente no psiquismo. Trata-se aqui, portanto, da indicação de uma tendência que se coloca de maneira independente de qualquer obtenção do prazer e, nesse sentido, que se mostraria a *mola pulsional*. Isto significa uma profunda revisão do estatuto ontológico do prazer enquanto princípio, uma vez que a repetição seria mais digna dessa designação. Neste caso, a inclinação ao prazer remeteria a um segundo momento de manifestação pulsional, apenas mais uma dentre as várias expressões psíquicas daquilo que é o *propriamente pulsional*: a repetição. No sentido da busca de uma psicologia das profundezas, Freud se embrenha cada vez mais no inconsciente, no pulsional, naquilo que está na fronteira entre o psíquico e o somático; para tanto lhe são muito propícias as metáforas e especulações de ordem biológica que são encontradas neste texto crucial 1920.

Dissemos anteriormente que toda descarga depende de um acúmulo prévio de tensão; neste sentido, pode-se entender a inclinação à repetição como a tendência do aparelho psíquico em transformar energia livre em ligada para o benefício biológico do sistema, colocando-se como a precursora de toda descarga, ainda que possa, em princípio, ser pensada independentemente dela, como um tipo de elasticidade psíquica similar a um tipo de inércia material. Os sonhos traumáticos seriam entendidos, então, como a tentativa de resgate de uma energia livre manifestando-se na forma da angústia, o mesmo podendo ser verificado nas diversas neuroses transferenciais e nos jogos infantis; tudo se resumindo, assim, na tentativa de tornar quiescente uma energia livre. Do ponto de vista que assevera uma finalidade, a repetição não contradiz o *Princípio do prazer*, uma vez que a

finalidade assim considerada é a obtenção da descarga. E nestes casos, ainda que aparentemente contrariado, o princípio do prazer não se vê derrocado.

Contudo, no caso da resistência à análise por meio da transferência é possível constatar uma completa oposição a este princípio, como se aí fosse possível perceber o pulsional em seu estado mais puro, independentemente de qualquer finalidade, completamente livre de processos secundários, onde o analisando apresenta um comportamento tipicamente regressivo e sem qualquer objetivo biologicamente aproveitável. Neste último caso é afirmada uma total independência da repetição frente ao *Princípio do prazer* e, assim, se avança teoricamente para além dele. O que é propriamente pulsional é a pura repetição sem qualquer fim, ficando estabelecida a inteira identificação entre os conceitos de pulsão e de repetição. Encontramos-nos aqui em um nível muito fundamental da metapsicologia freudiana.

Aqui expressão *mola pulsional* é bastante pertinente e elucidadora, uma vez que ilustra, por meio dela, a qualidade *elástica* do propriamente pulsional, simultaneamente flexível e resistente, tornando bastante razoável entender a pulsão como uma interpretação, no âmbito psíquico, do princípio de inércia na física. Assim, a pulsão se faz saber como uma tendência originária à permanência em um estado inercial:

Parece, então que um instinto é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica.¹⁶

A hipótese mais fundamental aqui é que a tendência à repetição seja inerente à toda organização biológica, apresentando-se numa esfera mais básica que a do psíquico, mas assumindo na esfera psíquica a forma do propriamente pulsional, cuja manifestação mais fácil de ser percebida é a das compulsões. A pulsão é, ela mesma, repetição e a repetição é a ordem natural da pulsão. É neste sentido que a repetição é o propriamente pulsional, independentemente de qualquer prazer que a ela possa vir a se associar e, portanto, independentemente de qualquer objeto.

Em sua manifestação máxima, ou suprema, a repetição deve reconduzir toda diferença à indiferenciação, toda heterogeneidade à homogeneidade, todo o orgânico ao inorgânico, haja vista que, em última instância, fora exatamente esse o estado de coisas, suposto como primitivo e que foi perturbado pelo surgimento da vida. A conclusão disto é que a

¹⁶ *Ibid.*, p. 47. Note-se que ainda consta nesta edição o uso do termo instinto para o alemão *Trieb*.

essência da esfera do inconsciente, em sua obscura profundidade, é a inclinação ao retorno ao substrato indiferenciado, retorno este que não significa outra coisa senão a própria anulação do estado perturbador: a vida. De modo que “o objetivo de toda vida é a morte” (*ibid.*, p. 49).

A repetição é expressão de uma tendência paradoxal nos seres vivos, pois, em um dado nível de manifestação biológico-psíquico, se inclina em favor da vida, articulando a série prazer-desprazer, com vistas ao aproveitamento biológico do prazer, particularmente por meio da reprodução do indivíduo e da perpetuação da espécie; por outro lado, contudo, se inclina também em favor da morte, na medida em que o *gozo pleno* no objeto de desejo significa o repouso absoluto na completa satisfação, a ausência de toda alteração, de todo movimento, de toda tensão, o retorno ao estado originário e anterior a toda vida:

Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, concluí que, ao lado do instinto para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver outro instinto, contrário àquele, buscando dissolver essas unidades e conduzi-las de volta a seu estado primevo e inorgânico. Isso equivalia a dizer que, assim como Eros, existia também um instinto de morte. Os fenômenos da vida podiam ser explicados pela ação concorrente, ou mutuamente oposta, desses dois instintos.¹⁷

Conclusão

Alguns resultados possíveis

Do que foi dito acima, proporemos algumas aproximações que podem coincidir com o objetivo inicialmente proposto, a saber: o de apresentar o método investigativo que está na base da metapsicologia freudiana como símile àquele utilizado pela filosofia em sentido amplo. Esperamos assim proceder ao verificar que a forma das especulações metapsicológicas de Freud se afinam com aquilo que Kant apresentou como sendo a forma geral do método para a filosofia no texto analisado no primeiro momento deste artigo. Se for este o caso, então estas especulações metapsicológicas podem apresentar o *status* de generalidade filosófica, justificando o título de *Tiefenpsychologie*, ou de *Ontologia psíquica freudiana*.

Correspondência e síntese entre a filosofia e metapsicologia freudiana

¹⁷ Freud, *O mal estar na civilização* (ESB, Vol. 21; 2006, p. 122).

Tomando o prazer como fora esboçado acima – como um conceito/princípio vital da ordem anímica e posteriormente realocado à categoria de apenas uma das muitas manifestações possíveis de uma tendência ainda mais originária e fundamental, a pulsão de morte –, atentemos agora para o movimento metodológico adotado por Freud, para perceber alguns daqueles elementos anteriormente oferecidos por Kant como constituintes do método filosófico em geral.

i. O método da metafísica (filosofia) freudiana é o analítico:

a) Em primeiro lugar, é preciso destacar que em nenhum momento dos escritos metapsicológicos freudianos verificamos uma construção de cunho geométrico, isto é, que parte de definições básicas, ou postulados, cuja regra é o princípio de identidade, para a obtenção de proposições complexas por meio de sínteses. De fato, todos os conceitos obtidos ou são originários da observação direta, frutos empíricos da clínica psicológica freudiana, ou são derivados de noções oriundas de fontes diversas, literatura especializada, formulações psicológicas genéricas, conceitos filosóficos, ou ainda da compreensão comum, em certa medida leiga, do mental. A título de exemplo, tomemos apenas um exemplo para compreender como é genericamente explicitada a origem de formulações muito fundamentais:

No que constituía, a princípio, minha completa perplexidade tomei como ponto de partida uma expressão do poeta-filósofo Schiller: ‘são a fome e o amor que movem o mundo’^(*). A fome podia ser vista como representando os instintos (pulsões) que visam a preservar o indivíduo, ao passo que o amor se esforça na busca de objetos, e sua principal função, favorecida de todos os modos pela natureza, é a preservação da espécie.¹⁸

Mesmo que se relativize aqui a influência de Schiller sobre a criação da importante teoria das pulsões, o emblemático do testemunho de Freud é que sua investigação procede sempre de um conceito dado em sua inteira complexidade e, a seu ver, ainda bastante carente de uma análise mais completa do ponto de vista da psicologia geral. Isto está de acordo com a exposição kantiana acerca de uma concepção analítica para a metodologia filosófica, na qual os conceitos previamente dados demandam algum tipo de esclarecimento, principalmente através da identificação de suas notas características.

Assim, todo o prazer, em sua essência psicológica, ou em sua estrutura psíquica profunda, estaria diretamente relacionado com a *saciedade* destas duas carências biológicas fundamentais (a fome e o amor).

¹⁸ *Ibid.*, p. 121 – parênteses nosso.

(*) *Die Weltweisen* (Nota do autor).

E para tentar esclarecer isto um pouco melhor foi necessário, num primeiro momento, entender esta inter-relação entre desejo e saciedade por meio de sua descrição em termos tópicos, dinâmicos e econômicos. O prazer foi então apresentado como o sucesso da série *desejo, objeto, força (trabalho) e saciedade*. Pode-se dizer, em termos um tanto genéricos, que o prazer abarca esta série, percorrendo-a de uma ponta a outra, como se exatamente aí residissem as suas notas características essenciais, ontológicas, por meio das quais este conceito pode ser compreendido e encontrar seu lugar numa teoria psicológica aplicável. Se daí derivamos uma definição do tipo, o *prazer é o resultado psicológico da queda da tensão intrapsíquica, quando da execução de uma ação específica (motora) no mundo que é capaz de colocar o objeto de desejo na posição favorável*, o surgimento desta definição só é possível após um acúmulo de informações recolhidas alhures (clínica, teorias científicas não inteiramente psicológicas, senso comum, etc.) e de um estabelecimento do conceito de prazer (teoria propriamente metapsicológica); ou seja, a definição nominal do prazer é posterior ao início da investigação e de modo algum surge de uma síntese arbitrária de conceitos.

De fato, os conceitos metapsicológicos apresentam uma complexidade imediata, uma abertura perene a novos esclarecimentos, certo caráter indefinível e interminável, do ponto de vista geométrico, uma vez que o conceito de trapézio já nasce na sua forma final, enquanto que o conceito de prazer se mantém sempre aberto a novos esclarecimentos. Assim, a psicologia freudiana compartilha com a filosofia e com as ciências da natureza a característica de abrigar conceitos que não se apresentam desde sempre em sua forma definitiva.

Com a virada conceitual dos anos 20, Freud entendeu que o prazer poderia ser analisado de um ponto de vista ainda mais fundamental, a partir de uma condição pulsional mais genérica, capaz de abranger fenômenos para os quais o *Princípio do prazer* não se mostrava suficiente de um ponto de vista etiológico. Pode-se dizer que este conceito não resistiu à tensão gerada pelas observações no âmbito clínico, tendo de ser realocado no interior de uma definição mais ampla e fundamental de pulsão. Essa readequação do conceito de prazer não implicava em qualquer contradição com uma definição previamente postulada de pulsão. Sendo esta readequação a decorrência de uma melhor compreensão do que seja o propriamente pulsional e, portanto, evidenciando que o próprio conceito de pulsão passou por um esclarecimento, um aprofundamento teórico.

Pulsão e prazer ganham simultaneamente, assim, uma nova dimensão conceitual por meio da introdução de um novo elemento metapsicológico, a repetição, que viria a se unir às já conhecidas características do

inconsciente para a sua melhor compreensão em termos ontológicos: “*Repetir é um dos modos de ser do psiquismo*” (Monzani, 1989, p. 184). Esse redimensionamento conceitual obedece ao método analítico.

b) Em segundo lugar, é digno de menção que Freud realiza um movimento de paulatina aproximação do conceito de repetição, adotando uma estratégia na qual se percebe a intenção de recolher provas que minem gradativamente a pretensa generalidade do princípio de prazer por meio da exposição de uma série de contra-exemplos oriundos de condições psíquicas normais e patológicas¹⁹. Note-se que é a reunião desses contra-exemplos que adquire o caráter de justificativa para a investigação metapsicológica de uma tendência ainda mais fundamental de todo organismo vivo, mas somente quando ordenados pela exposição analítica.²⁰ Trata-se aqui, portanto, de investigar uma hipótese plausível, dado que existem elementos circunstanciais capazes de sustentá-la, revelando, assim, o caráter típico de um conceito que ainda carece de esclarecimento:

Mas, se uma compulsão à repetição opera *realmente* na mente, ficaríamos satisfeitos em conhecer algo sobre ela, aprender a que função corresponde, sob que condições pode surgir e qual é sua relação com o princípio de prazer, ao qual, afinal de contas, até agora atribuímos dominância sobre o curso dos processos de excitação na vida mental. (Freud, *Além do princípio do prazer*. ESB, Vol. 18; 2006, p. 34)

Ao reforçar a importância desse tipo de investigação está claro que a estratégia metodológica adotada por Freud é se apóia na ideia de que as especulações possuem grande importância para o avanço das teorias. Neste sentido, uma investigação mais fundamental do psíquico, baseada em hipóteses biológicas de alto risco, seria suficiente, por si só, para justificar tal investigação. O conceito de repetição e, posteriormente, de *pulsão de morte* seriam, assim, os dividendos futuros dessa operação de risco. Futuros, haja vista que a capitalização desses dividendos só poderia se efetivar no âmbito empírico, o que é, por si mesmo, problemático, dada a independência, em princípio, dos âmbitos metapsicológico e clínico. Em outras palavras, é bem provável que a infraestrutura metapsicológica presente justificativa, validade e consistência e que, justamente por isso, possa ser tratada como funcionalmente independente da clínica psicanalítica. Por sua vez, a prática clínica pode e deve, no entender de Freud, funcionar de maneira independente dessas especulações puramente teóricas, servindo ao mesmo tempo de farol para elas.

¹⁹ Cf. Freud, *Além do princípio do prazer*, seção III (ESB, Vol. 18; 2006).

²⁰ Cf. Monzani, 1989, p. 156; Freud, *Além do princípio do prazer* (ESB, Vol. 18), 2006, p. 33-34.

Esta relativa independência entre clínica e metapsicologia também é notada pela pouca, ou quase nenhuma, implicação das especulações realizadas em *Além do princípio de prazer* na prática psicanalítica. A prática psicanalítica seguiu seu curso sem fazer muito caso da *pulsão de morte* e, muitas vezes, evitando-a, como se aí se tratasse de uma espécie de resíduo filosófico das especulações freudianas (cf. Monzani, 1989, p. 148-149), ou seja, do freudismo.

Reveladora dessa ambivalente independência entre essas duas esferas, a metapsicologia e a prática psicanalítica, independência paradoxalmente em harmonia a um necessário e fértil intercâmbio, já é encontrada no obituário escrito por Freud àquele que o guiou durante seus primeiros passos na clínica psicológica e nas investigações que o levariam à sua psicologia profunda, Charcot:

De fato, Charcot era infatigável na defesa dos direitos do trabalho puramente clínico, que consiste em observar e ordenar as coisas, contrariando as usurpações da medicina teórica. Em certa ocasião, éramos um pequeno grupo de estudantes estrangeiros que, educados na tradição da fisiologia acadêmica alemã, esgotávamos sua paciência com nossas dúvidas quanto às suas inovações clínicas. “Mas isso não pode ser verdade”, objetou um de nós, “pois contradiz a teoria de Young-Helmholtz”. Ele não retrucou com um “tanto pior para a teoria; primeiro os fatos clínicos”, ou qualquer outra expressão no mesmo sentido; disse-nos, entretanto, uma coisa que nos causou enorme impressão: “*La théorie, c’est bon, mais ça n’empêche pas d’exister.*”²¹

O que nos leva a mais uma característica da forma metodológica da metapsicologia, ou da ontologia, freudiana.

ii. A filosofia freudiana trabalha in abstrato:

a) É possível afirmar que a prática psicanalítica trabalha *in concreto*; o psicanalista toma os conceitos inscritos nesta prática como signos de *coisas* dadas na intuição tais como pensamentos, memórias, aspectos emocionais, etc., que são, direta ou indiretamente, dados e significados como *representações* por meio do intercurso entre ele e o analisando. Contudo, como colocado anteriormente, a metapsicologia deve apresentar certa independência em relação à prática psicanalítica, não necessitando de outros recursos para a sustentação de sua estrutura que aqueles oriundos de seu próprio arcabouço conceitual: neste caso, os conceitos prescindem de qualquer intuição.

²¹ Freud; Charcot. In: Freud, *Primeiras publicações psicanalíticas [1893-1899]*(ESB, Vol. 3; 2006. p. 23).

Na metapsicologia, assim como na filosofia, a *coisa* é o próprio conceito, sua significação não necessita que nenhuma forma se dê na intuição, por isso, a forma metodológica adequada à metapsicologia deve se afastar tanto da matemática como das ciências da natureza, com as quais (as ciências da natureza) a metapsicologia poderia ser confundida até agora, não fosse o caso desta última requisitar para si, também, o critério empírico para a validação de suas proposições não elementares. Não fazendo caso do empírico, a metapsicologia trabalha exclusivamente *in abstracto*, ainda que a sua força motivadora se encontre no plano da clínica psicanalítica, invariavelmente buscando nela respaldo para muitas das suas conquistas puramente teóricas; porém, não podemos confundir esse respaldo clínico à metapsicologia com algum tipo de validação empírica, com se a metapsicologia devesse ter seus conceitos verificados ou falseados pela clínica.

Se a metapsicologia contradiz a clínica, nisto encontramos um bom motivo para repensar os conceitos metapsicológicos, contudo a autossuficiência como princípio da metapsicologia deve ser sempre preservada, mesmo diante dessa contrariedade; uma vez que é justamente a autossuficiência de um estudo *in abstracto* que lhe confere o seu alcance interpretativo e explicativo e, conseqüentemente, a sua capacidade de fornecer conceitos fundamentais que, eventualmente, possam garantir algum tipo de compreensão para estados de coisas no mundo.

iii. A *filosofia freudiana* apresenta conceitos e proposições irresolúveis:

a) No item anterior, concluímos que a metapsicologia freudiana nos conduz a certas proposições (hipóteses) cuja validade dependerá menos de sua validação no âmbito clínico que da consistência teórica (poder elucidativo) gerada a partir delas, disso dependendo o seu caráter interpretativo e sua aplicabilidade enquanto ontologia dos fenômenos psíquicos. Como consequência dessa independência, alguns conceitos e proposições deverão ser considerados irresolúveis, indicando mais uma vez que o método adotado é o analítico.

Segundo Kant, em matemática não existem proposições e conceitos irresolúveis, dado que o método adotado é o sintético, onde todas as definições iniciais são sínteses arbitrárias que impõem a *identidade* entre sujeito e predicado. Ao invés disso, a filosofia, e também a metapsicologia freudiana, toma alguns conceitos e proposições como totalidades dadas e, analiticamente, procede no seu esclarecimento, obtendo, por estas vias, outras proposições ou conceitos que determinam a identidade e o limite da investigação. Essas proposições e conceitos são ditos elementares e se

identificam com o núcleo definidor do *ser* daquilo que se pretende conhecer, mas de modo algum são *novos conceitos*, uma vez que já haviam sido pensados, ainda que confusamente, nos conceitos e proposições de onde partiram, isto é, de onde partiu a análise (cf. Kant, *KrV*, B 10).

Dizemos, então, que estamos diante da *essência* do objeto investigado e que a teoria que assim o determina deve ser considerada uma ontologia de algum tipo. Essa nomenclatura, contudo, não se aplicaria a nenhuma ciência da natureza que, mesmo compartilhando o método analítico com a filosofia e, portanto, também tendo de se deparar com proposições e conceitos irresolúveis, conta ainda com o recurso à matéria, substrato no qual se apóia para obter validação empírica para determinação de seus resultados, o que a distingue imediatamente da filosofia como pura análise.

O conceito de pulsão é o que melhor exemplifica a ideia de conceito irresolúvel, pois, para Freud, é ele que demarca a fronteira da investigação propriamente psicológica, constituindo, justamente, o representante psíquico de um estímulo somático.

Por “pulsão” podemos entender, a princípio, apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora. Pulsão, portanto, é um dos conceitos da delimitação entre o anímico e o físico. (*Três ensaios sobre a sexualidade*. ESB, Vol. 7; 2006, p. 159)

Se agora nos dedicarmos a considerar a vida mental de um ponto de vista biológico, um ‘instinto’ (pulsão) nos aparecerá como sendo um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo. (“Os instintos e suas vicissitudes”. In: *Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. ESB, Vol. 14; 2006, p. 127 – parênteses nossos)

Tentar investigar a própria fonte da pulsão, sua causa, redundaria em extrapolar o limite do psíquico rumo a uma investigação puramente biológica. Pulsão é um conceito limite e, nesse sentido, irresolúvel. O apelo à biologia na definição acima revela que o limiar da investigação psicológica foi alcançado e que esta investigação deve ser efetuada *in abstracto*, ainda que o respaldo da clínica psicanalítica esteja sempre no horizonte.

Além disso, verificamos que este conceito não nasce de uma síntese arbitrária entre sujeito e predicado, como em uma definição nominal, mas que é um todo para o qual se busca esclarecimento através da identificação das notas características presentes no conceito. De início, Freud identifica um dos modos de *ser* da pulsão pelo nome de libido apresentando como

notas características as ideias de *fonte*, *objeto*, *força (pressão)* e *finalidade*. Posteriormente, o conceito de repetição, aprofundou e generalizou o *ser* pulsional, devendo este elemento ser considerado, também, como uma de suas notas características. Este enriquecimento (esclarecimento) do conceito de pulsão conduziu a uma ampliação da teoria e à derrocada do *Princípio de prazer*. Ainda assim, o conceito de pulsão permaneceu *irresolúvel* do ponto de vista da proposta kantiana, desde que não nasce de uma síntese arbitrária de conceitos mais simples, mas de análise e, por isso, nunca assumirá uma forma definitiva, uma vez que pode ser livremente modificado em suas notas características, desde que o resultado dessa modificação resulte em maiores esclarecimentos para o conceito.

Assim, damos esta investigação uma pausa para que as ideias aqui contidas possam ter seu tempo de maturação. Esperamos que Kant ainda hoje possa nos servir como rica fonte de ideias e como rigoroso regulador de nossas investigações filosóficas futuras em qualquer âmbito elas se apresentem a nós.

Referências

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Trad. por Marcelo Perine. Volumes I – III. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- ASSOUN, P.-L. *O freudismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- FREGE, G. J. *Os fundamentos da aritmética*. Trad. por Luiz Henrique Lopes dos Santos. (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- FREUD, S. *Além do princípio de prazer*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- FREUD, S. *Projeto de uma psicologia: obras isoladas de Freud*. Trad. por Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud em 24 volumes*, Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- FREUD, S.; FLIESS, W. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Organizada por Jeoffrey Massoun. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- GABBI JR., O. F. “Notas críticas sobre Entwurf einer psychologie”. In: S. Freud, *Projeto de uma psicologia: obras isoladas de Freud*. Trad. por Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- GIACÓIA JR., O. *Além do princípio do prazer: um dualismo incontornável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- GEROULT, M. “O problema da legitimidade da história da filosofia”. In: M. Geroult, *Filosofia da História da filosofia*. p. 45-68. Reflexão, n. 78. Campinas: PUC-Campinas, 2000.
- GEROULT, M. “Lógica, arquitetônica e estruturas constitutivas dos sistemas filosóficos”, *Trans/Form/Ação*, 30.1 (2007): 235-246.
- GOLDSCHMIDT, V. “Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos”. In: V. Goldschmidt, *A religião de Platão*. Trad. por Oswaldo Porchat. p. 139-147. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- HEIDEGGER, M. *Qu'est-ce que la philosophie?* Trad. por Ernildo Stein. (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1973a.
- HEIDEGGER, M. *Que é metafísica?* Introdução (1949). Trad. por Ernildo Stein, (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1973b.
- HYPOLITE, J. Freud. In: J. Hyppolite, *Figures de la pensée philosophique*. p. 373-442. Paris: PUF, 1991.
- KANT, I. “Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral”. In: I. Kant, *Escritos pré-críticos*. Trad. por Jair Barboza et al. p. 116-117. São Paulo: Unesp, 2005.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. por Manuela P. Santos e Alexandre F. Morujão. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I. *Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*, Trad. por Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LOPARIC, Z. *A Semântica transcendental de Kant*. (Coleção CLE, v. 29). Campinas: Unicamp. 2000.
- MONZANI, L. R. *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Unicamp, 1989.
- PLATÃO. *Teeteto*. Trad. por Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri; Prefácio por José Trindade Santos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

Resumo: Da exposição oferecida por Kant em seu tratado *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral* (1764), aproveitamos as observações acerca da forma metodológica adequada às investigações em filosofia, distinguindo-a daquela que é própria da construção do conhecimento matemático. Essas observações servirão de base para uma tentativa de aproximação entre a forma metodológica oferecida pela metafísica, entendida como ontologia, e a metapsicologia freudiana que poderá, então, ser concebida como uma ontologia funcionando no interior de sua psicologia. Nosso intuito é entender a metapsicologia freudiana como obediente à forma metodológica que atribuímos à ontologia. Nesse sentido, a metapsicologia freudiana funcionaria como um tipo de gerador/processador de conceitos psicológicos muito fundamentais. Tomaremos o exemplo da concepção da série qualitativa prazer-desprazer, como apresentada no *Projeto de uma psicologia*, para descortinar o surgimento de um princípio geral para o funcionamento do aparelho psíquico: o *princípio de constância*. Em seguida,

nos encarregaremos de mostrar que o esforço de fundamentação conceitual de Freud o conduz, quase vinte e cinco anos depois, a uma profunda reconsideração do lugar desse princípio no seio de sua teoria, principalmente com a análise da hipótese de que todos os organismos partilhariam de uma tendência ainda mais fundamental que a busca pelo prazer: a pulsão de morte.

Palavras-chave: metapsicologia freudiana, Kant, filosofia

Abstract: From the presentation offered by Kant in his treatise *Inquiry concerning the distinctness of the principles of natural theology and morality* (1764), also known as the “*Prize essay*”, we make remarks on the proper way to methodological research in philosophy, distinguishing it from that which is proper to the construction of mathematical knowledge. These observations form the basis for an attempt at rapprochement between methodological manner provided by metaphysics, understood as ontology, and Freudian metapsychology which can then be conceived as an ontology functioning within their psychology. Our aim is to understand the Freudian metapsychology as obedient to methodological way we attach to ontology. In this way, Freud’s metapsychology is conceived as a type of generator/processor of psychological concepts. We will take the example of the example of the qualitative pleasure-unpleasure series, as presented in the *Project for a psychology* to reveal the emergence of a general principle for the functioning of the psychic apparatus: *constancy principle*. Then will take care to show that the effort of conceptual basis guide Freud, almost twenty-five years later, a profound rethinking of the place of this principle within his theory, mainly with the analysis of the hypothesis that all organisms would share a inclination more fundamental than the pursuit of pleasure: the death drive.

Keywords: Freudian metapsychology, Kant, philosophy

Recebido em 14/09/2014; aprovado em 12/01/2015.